



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

**ATA SUMÁRIA REFERENTE À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONCIDADE NATAL DE 02 DE MAIO DE 2016**

PAUTA:

- a) Posse de novos conselheiros;
- b) Informes gerais.
- c) Apresentação e discussão do Projeto referente ao Parque Tecnológico de Natal;

1 Aos dois dias do mês de maio de 2016 aconteceu a terceira reunião extraordinária do
2 Concidade Natal deste ano, no auditório do CREA localizado na Av. Senador Salgado
3 Filho, 1840, Lagoa Nova. A reunião teve início às 14h36, em 2ª chamada e foi
4 presidida pelo Sr. Albert Josuá Neto vice-presidente, contando com a presença dos
5 conselheiros: Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva – UFRN; Ana Adalgisa Dias
6 Paulino – FIERN; Antônio Jânio Fernandes – UERN; Carlos Magnus de Oliveira –
7 SMS; Cássia Bulhões de Souza – PGM; Cid Augusto Escossia de Oliveira – SETUR;
8 Cristiane Ribeiro Dantas- SEL; Daniel Nicolau Vasconcelos Pinheiro – SEMURB;
9 Francisca de Fátima de Lima Barbosa – SEMSUR; Hugo Manso Júnior – CMNAT;
10 Jaime David Balderrama Hurtado – STTU; Marcelo Caetano Rosado Maia Batista –
11 SEMURB; Marcia Aparecida Sousa da Silva – SEMPLA; Maria Florésia Pessoa de
12 Souza e Silva – SEMURB; Maria José de Medeiros – SEMTAS; Mario Sérgio Holanda
13 Madruga – ARSBAN; Paulo César Santos – CONAM; Rosa de Fátima Soares de
14 Souza – SEHARPE e Ruth Maria da Costa Ataide – UFRNE. Dos visitantes, contamos
15 com a presença dos Professores Ivonildo Rêgo e Gustavo Rosado, ambos
16 representantes da UFRN. Sr. Albert Josuá Neto iniciou os trabalhos com as boas
17 vindas aos presentes e com o informe da pauta. Ele comenta a respeito do sentido
18 desta reunião que foi solicitada no encontro passado, para que este conselho pudesse
19 ter conhecimento acerca do Projeto do Parque Tecnológico de Natal, uma vez que pelo
20 próprio teor que ele apresenta deveria ter passado por este Conselho. Antes, porém,
21 de passar a palavra para o Professor da UFRN, presente para apresentação do
22 Projeto, Ivonildo Rêgo, Josuá Neto traz nos informes a proposta de data para
23 realização da audiência pública acerca da Regulamentação da ZPA 10, dia 04 de
24 junho, um sábado. Os presentes acatam a data e Josuá Neto faz uma breve introdução



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

25 antes de passar a palavra para Ivonildo, dizendo que a apresentação de hoje trata de
26 um projeto desenvolvido pela UFRN em parceria com o município na criação de uma
27 área virtual de trabalho que tem influência direta na arrecadação do município. Ele
28 explica que o Concidade tomou conhecimento de sua existência já em trâmite na
29 Câmara Municipal, e que seria importante sua passagem pelo COMCIT (Conselho
30 Municipal de Ciência e Tecnologia) e de lá para o Concidade, seguindo esse fluxo.
31 Josué Neto diz que este é o momento adequado para que o Concidade o conheça e
32 passa a palavra para Ivonildo Rêgo que saúda os presentes e inicia sua apresentação.
33 Ele fala sobre do valor estratégico que o Projeto do Parque Tecnológico tem para o
34 desenvolvimento da cidade e do estado, e que este vem sendo trabalhado há dois
35 anos. Ivonildo faz uma explanação sobre a aposta em tecnologia que a UFRN vem
36 fazendo ao longo dos últimos anos e frisa que o Projeto é composto de vários
37 elementos, inclusive do Instituto Metrópole Digital, já de conhecimento de todos. Na
38 realidade o Parque vai ser criado como uma entidade jurídica como iniciativa da UFRN
39 com apoio de várias instituições. O projeto de Lei é uma parte importante para
40 viabilizar a instituição do Parque. Ele inicia mostrando em que se compõe e como
41 funciona o Instituto Metrópole Digital, explicando que surgiu de uma proposta de
42 Rogério Marinho de 2009 e que, em 2010 esse projeto veio para a UFRN com o auxílio
43 da FINEPE. A UFRN redesenhou o projeto até este estado do Parque. Ele foi criado
44 com o objetivo de criar um polo de tecnologia da informação e explica que hoje ele é
45 imprescindível, uma vez que usamos a tecnologia de informação em tudo que
46 fazemos. Outra coisa importante é perceber que o principal capital usado nessa área é
47 o capital humano. Ivonildo mostra como o IMD formou uma cadeia de informação,
48 funcionando como incubadora de empresas de base tecnológica nessa área, uma vez
49 que promove a integração com o mercado. Em sua explanação, adentra para explicar
50 desde os cursos que a UFRN oferece na área de tecnologia de informação mostrando
51 como eles trabalham o desenvolvimento dessa tecnologia e o fomento da mão de obra
52 nessa área. Ivonildo frisa que este é o tipo de indústria mais limpa que se pode ter em
53 termos ambientais e que está mais ligada com o que ele chama de indústria do
54 conhecimento. Ele explica que o projeto envolve cursos técnicos de nível médio que
55 tem o objetivo de realizar a inclusão e direcionar a mão de obra para o mercado.



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

56 Mostra os cursos superiores que a UFRN oferece em graduação e pós-graduação e os
57 programas que possui, como por exemplo, o Talento Metrópole voltado para jovens
58 com altas habilidades, entre 13 e 20 anos. Há ainda os núcleos integradores para a
59  rea de pesquisa, a Rede Giga Metrópole e o Data Center, que   o mais bem
60 equipado, sendo o segundo maior do nordeste. Ivonildo fala dos prédios que o IMD
61 possui, mostrando os espaços utilizados nessa empreitada, e também dos cursos
62 técnicos e superiores. Depois da apresenta o da estrutura acad mica e física que o
63 IMD possui e de seus números e reconhecimentos, ele fala do grande desafio
64 proposto, que   ligar governo, academia e setor privado, explicando que, normalmente,
65 em outros lugares os Parques Tecnológicos são criados numa área vazia ou Parque
66 Digital numa área urbana. Ele diz que, no Parque Tecnológico, a proposta   ser uma
67  rea urbana no entorno da UFRN e, para isso a ideia desse projeto de lei   criar um
68 imposto específico, um regime tributário especial, como acontece em todo Parque
69 Tecnológico. Registra que durante seis meses a proposta foi trabalhada, pela UFRN
70 ele esteve   frente com sua equipe e pela Prefeitura a SEMURB, a SEMPLA e a
71 SEMUT. Segundo ele, a Prefeitura enxergou que o Parque pode promover
72 desenvolvimento para a cidade. Ele registra que o SEBRAE já assinou o termo de
73 coopera o e que eles estão trabalhando num termo de referencia para contratar uma
74 consultoria para montar o Projeto do Parque em termos de governança, atores, estudo
75 de impactos sobre a região e toda a etapa de instala o do Parque. Ivonildo encerra
76 agradecendo a aten o de todos e se dispõe a responder as d vidas dos conselheiros.
77 Josua Neto inicia os questionamentos indagando sobre a questão da redu o de
78 impostos na área, se ficou claro como a Prefeitura resolveria essa questão de incentivo
79 fiscal. Marcelo Rosado responde dizendo que nesse caso em que não há arrecada o
80 no setor, essa arrecada o seria estimulada, assim esse seria um estímulo  
81 arrecada o. A conselheira M rcia Aparecida diz que conheceu o instituto e ficou
82 maravilhada com o ambiente e com o Instituto como um todo, e explica que, em nível
83 de conselho   importante um Projeto desse porte passar pelo Concidade, uma vez que
84 este tem condi o de ajudar a resolver arestas e questões que podem ser
85 conflituosas, a exemplo da questão da área especial. Ela explica que na reunião
86 passada a questão da área especial foi esclarecida por Marcelo Rosado, mas que



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

87 continua no Projeto de Lei essa terminologia, o que causou dúvida entre os
88 conselheiros. Ela aponta que essa questão da área especial deve ser discutida e
89 corrigida, se for o caso. Prof^a Ruth Ataíde, com a palavra, explica que foi ela quem
90 trouxe a questão para o conselho, dizendo que por um lado sente orgulho pela sua
91 universidade que promove projetos dessa magnitude, mas que por outro lado percebeu
92 que o Conselho não tinha conhecimento, salvo casos específicos dos conselheiros que
93 trabalham no setor público. Esse desconhecimento a preocupou e lembra que este
94 conselho é o maior no sistema de gestão desse município. Ela pergunta se no
95 Conselho de Ciência e Tecnologia (COMCIT) ele foi discutido, e complementa que,
96 mesmo passando por esse conselho, o lugar por excelência que ele deve finalizar seu
97 trajeto é o Concidade. Ela explica que em matéria de conselho a preocupação é com a
98 questão territorial, uma vez que esta ideia que pode ser riquíssima para a cidade, pode
99 estar descolada do Plano Diretor. Então, segundo ela, há dois cenários: se for só fiscal,
100 o termo voltado para o territorial deve sumir; mas se houver uma situação que altere o
101 sentido do plano diretor, o processo é outro com ampla participação popular. Ela
102 relembra que, junto ao professor Alexandro, representante da UFRN no Conselho,
103 tem trabalhado em observar as questões territoriais dos projetos que passam pelo
104 conselho. Sugere que se houver uma forma de trabalhar o projeto em termos
105 tributários, deve seguir, mas se tratar de questões territoriais tem que começar da
106 base, e lembra o importante papel do controle social na colaboração desses
107 processos. Ivonildo Rêgo diz que é papel da Prefeitura informar as formas de
108 encaminhamentos e trâmites, e reforça que pela UFRN foram feitos os
109 encaminhamentos corretos e que somente o Prefeito pode encaminhar para a Câmara
110 um Projeto de Lei. Neste caso, eles não entram nos trâmites pela Prefeitura. O prof.
111 Alexandro Ferreira inicia parabenizando pelo projeto e fala da preocupação do grupo
112 que volta-se a questão de área especial, no sentido de criação de outra área especial
113 territorializada. Ele fala que há um cruzamento de áreas especiais nessa situação. No
114 nosso caso, estamos criando uma área especial sem previsão em Lei. Ele fala do
115 exemplo do Porto Digital de Recife que usou uma nomenclatura que já havia para tal
116 situação, no caso de área de preservação de patrimônio. No nosso caso estamos
117 criando uma área sem a previsão legal, se ela é voltada a questão fiscal, ela deve ser



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

118 orientada pelo zoneamento fiscal já existente, sem precisar criar uma área no parque
119 das dunas, e assim, que ela tenha um código tributário especial. Se o caso envolver
120 territorialização, ele explica que a SEMURB entra no processo iniciando com parecer
121 sobre a área dentre outros procedimentos. O Conselheiro Carlos Magno com a palavra
122 expõe da relevância desse projeto em termos de arrecadação uma vez que estimula
123 ainda mais naquela região e ele entende que isso pode beneficiar, inclusive a saúde.
124 Com a palavra, Dra. Cássia Bulhões, diz que não Projeto de Lei não passou pela
125 Procuradoria do Meio Ambiente, mas que, vendo a apresentação, não está
126 conseguindo enxergar essa ligação da área especial com o zoneamento urbano ou
127 ambiental, ou seja a necessidade de criação de uma zona específica para esse projeto,
128 uma vez que o Projeto não está mexendo com a questão de uso e ocupação do solo,
129 não está interferindo em nenhuma prescrição urbanística e não está promovendo
130 nenhuma alteração que afete o Plano Diretor no Zoneamento Proposto e que, a seu
131 ver, não é de caráter urbanístico, mas tributário apenas. O fato de utilizar a mesma
132 nomenclatura não está se referindo a algum regime urbanístico. Essa criação é em
133 razão do regime tributário. Ivonildo Rego passa para Gustavo responder as questões.
134 Gustavo retoma a colocação de Dra. Cássia dizendo que a ideia seria delimitar o
135 espaço onde seria aplicado o regime tributário especial. Com base nesse critério dos
136 prédios do IMD, definiram o raio em que se aplicaria o regime tributário especial.
137 Segundo ele não há nada de prescrição urbanística na intensão do projeto. Hugo
138 Manso faz um comentário atentando a algumas questões, ele lembra que o presidente
139 deste conselho é o Prefeito Carlos Eduardo, a UFRN levou 6 meses de negociação
140 com a Prefeitura e inclusive houve a realização de um ato formal para essa parceria no
141 próprio IMD com a presença do Prefeito. Para Hugo, caberia a Administração
142 Municipal, naquele ato, convidar os conselhos a participar desse processo. No caso do
143 COMCIT, o processo passou por lá sem caráter deliberativo, mas de apresentação,
144 contando também com a presença do Prof. Ivonildo Rêgo. Feita essa negociação de 6
145 meses, a UFRN entregou à Prefeitura o seu pleito. Ele lembra que a prerrogativa da
146 criação de um Projeto de Lei é do executivo e ele tomou a iniciativa do protocolo do
147 projeto na Câmara. Para ele, parece que há um erro na redação, o que está de fato
148 sendo proposto pelo o regime especial, que inclusive ele também propôs que fosse na



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

149 Ribeira, é o interesse da Universidade naquela área próxima ao campus, para que se
150 instalem empresas próximo ao IMD com incentivos fiscais, daí é possível haver a
151 migração para a região. O que é necessário é fazer uma releitura do texto, pois há
152 outros interessados também em participar, e porque não prever outros ambientes. O
153 projeto está tramitando na Câmara, foi protocolado pelo Prefeito e Câmara está
154 fazendo sua parte, mas há a necessidade de se entender o que há nas entrelinhas.
155 Com a palavra, Daniel Nicolau se apresenta e explica que no início houve uma
156 pretensão muito maior na construção deste projeto para oferecer aos parceiros
157 condições de empreender, em termos de flexibilidade e que fosse possível incrementar
158 esse nicho que Natal tem toda capacidade para desenvolver. Muitas questões foram
159 levantadas inclusive que envolviam gabarito e coeficientes de aproveitamento,
160 questões essas levantadas por Ivanildo durante as discussões, para que houvesse a
161 possibilidade de criar um atrativo maior na região. Ele explica que a SEMURB neste
162 sentido foi categórica em dizer não, uma vez que proposições dessas interferiam no
163 Plano Diretor, não sendo possível viabilizar, pelo menos não nesse tramite e nesse
164 momento. Dessa forma, o projeto voltou-se para o tributável e, junto a SEMUT discutiu-
165 se as questões que envolviam esses incentivos. Na época foram levantadas questões
166 ambientais de licenciamento. O município possui uma série de estudos que permite
167 afirmar que, mesmo não existindo uma legislação, qualquer empresa ou grupo de
168 empresas que venha se instalar ali, serão legalmente e normativamente analisadas
169 pela SEMURB. Ele complementa dizendo que a atividade proposta é de baixíssimo
170 impacto urbanístico, que as próprias legislações federais já dão conta dessa
171 flexibilização, tanto para edificação quanto para operações dessas empresas. A seu
172 ver há a necessidade de consultar os conselhos e a população sobre aquela área. Ele
173 explica que há a necessidade do recorte geográfico para fins de organização e
174 aplicação da lei. Ele explica que esta minuta não contempla modificações urbanísticas
175 e ambientais e que a PGM quando fez a revisão da minuta mandou diretamente para a
176 Câmara porque só havia conteúdo de interesse tributário. Quanto a nomenclatura, ele
177 explica que não há uma definição somente para o termo “área especial”, pois as
178 demais tem um “sobrenome” ou seja, mais uma especificação. Ele explica que isso não
179 foi visto, em princípio, como impedimento e que, a seu ver poderia ser resolvido na



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

180 própria Câmara que tem competência para isso e sugere que a nomenclatura possa
181 mudar, por exemplo, para “área de regime tributário especial”. E conclui reafirmando
182 que é uma ação de baixíssimo impacto. Rosa pergunta para Daniel, se não foi
183 ventilada na SEMURB a questão de uso do espaço da Ribeira, uma vez que há todo
184 um esforço de várias secretarias, órgãos e sociedade civil para reativação daquela
185 área, e que um exemplo disso é o próprio COOPERE. Ele responde que foi ventilado a
186 possibilidade de se estender para a Ribeira, entretanto a estrutura de fibra ótica é
187 tecnicamente inviável chegar até lá, no momento. Ivanildo, com a palavra lembra que
188 houve também a proposta de se fazer o Parque em Jundiáí, entretanto eles
189 descartaram qualquer possibilidade distanciada do campus, uma vez que facilita toda
190 interação. Ele explica que o conceito de parque tecnológico versa justamente pela
191 concentração geográfica e que o distanciamento complica e põe em risco o projeto em
192 termos técnicos. Com a palavra, Antônio Jânio, diz que o estranha que uma matéria de
193 tamanha importância não veio para o Concidade, e que esta questão de determinar o
194 local não é tão simples assim, que critério foi utilizado, por exemplo, para escolha dos
195 bairros e completa, mexer em capital é mexer em território sim. Esse mercado é
196 inovador e gera capital e isso mexe com as questões territoriais, uma vez que vai
196 deslocar pessoas, empresas, valorização espacial entre outras coisas. Ele pergunta se,
197 por exemplo, existe a perspectiva de incluir os pequenos empresários ou se existe
198 apenas barreiras territoriais. Ele ainda observa que se há no projeto de internet para
199 todas as escolas, por que não pensar na extensão desse projeto para outras extensões
200 de Natal? Com a palavra Ruth Ataíde observa que o conselho tem sido conduzido com
201 o esforço do vice-presidente e que a ausência do presidente tem feito falta, o que foi
202 colocado na semana passada é uma preocupação em ajustar para que esse processo
203 caminhe de forma correta, pois é importante. É preciso desenhar esse cenário da
204 forma mais adequada, uma vez que o Projeto envolve operação urbana, interesse
205 social e controle de gabarito. Ela explica que como área especial, conceitualmente isso
206 fere o Plano Diretor sim, e gostaria que fosse feito um esforço no sentido de ajustar
207 isso. A questão não é discutir o mérito, mas ver dentro da política urbana do município
208 isso deve ser. Ruth Ataíde lembra que a Ribeira espera por décadas uma ação de
209 operação urbana. Sua sugestão é que possa ser formado um grupo com ela, Daniel



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

210 Nicolau, Maria Florésia e outros para se rever essa situação antes que seja discutida
211 na Câmara. Antônio Jânio pergunta a Hugo Manso que tempo se tem para que o
212 Conselho estude essa situação. Daniel faz uma observação sobreposição de
213 legislações e dá exemplos, nesse sentido acha que isso não é uma problemática
214 maior, mas que é preciso prever nas operações urbanas como isso vai acontecer, pois
215 é preciso fazer com o máximo de previsões urbanas. Segundo ele, esse projeto não
216 tem operação urbana, para ele a proposta é simplesmente tributária e não se pretende
217 fazer alteração de paisagem e essas empresas utilizam um espaço mínimo.
218 Normalmente são empresas que utilizam um espaço pequeno. Cassia Bulhões pede a
219 palavra e reafirma que sua visão corrobora com a de Daniel, que o Projeto tem caráter
220 fiscal. Marcelo Rosado complementa, parabenizando a perseverança do Prof. Ivonildo
221 Rego, uma vez que o projeto era bem maior e foi sendo modificado diante das
222 consultas feitas às secretarias, finalmente o projeto resultou naquilo que era possível
223 acontecer para o município. Outra observação que Marcelo faz é que os incentivos são
224 viáveis para hoje, e não para daqui a alguns anos, por isso da importância do projeto
225 acontecer na atualidade. Outra questão que ele gostaria de explicar sobre a Ribeira, é
226 que apenas esse incentivo não seria suficiente para a Ribeira e o secretário da SEMUT
227 sugeriu que fosse feita outra proposta mais abrangente para este bairro. Com a
228 palavra, João Oliveira sugere que o Conselho trabalhe junto a Câmara, mas que não
229 barre seu processo. O vereador Hugo Manso ofereceu de passar para os conselheiros
230 para conhecimento. Ruth Ataíde lembra que a matéria não poderá ser votada, que para
231 isso é necessário uma relatoria. Qualquer matéria deve ser distribuída, formada a
232 comissão e depois a votação. Hugo Manso explica que é uma iniciativa da prefeitura,
233 mas de interesse da UFRN e fala do detalhe de nomenclatura do próprio projeto que
234 era “Parque Tecnológico MetrÓpole Digital”, mas que depois passou a ser “Parque
235 Tecnológico de Natal”, que o desejo da universidade era fazer na própria UFRN, mas
236 ali não há espaço. O que ele entende é que o Projeto abrangerá uma área nobre e ali
237 vai incentivar a instalação de empresas, só que esse é um dos metros quadrados mais
238 caros da cidade. E observa como exemplo, vários grandes ambientes como o
239 Shopping Via Direta e o prédio abandonado do Hiper Bompreço que fazem parte da
240 área. O incentivo dado ali é conveniente em vários aspectos principalmente de forma

**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
CONCIDADE NATAL**

241 cômoda para a própria universidade. Na sua opinião esse projeto deveria se estender
242 para outros ambientes, inclusive Ribeira e Zona Norte, onde se localiza a UERN. Para
243 ele, a maneira como o projeto está escrito está errado, pois apenas um setor da cidade
244 está sendo beneficiado e no teor do documento só fala de incentivos para os imóveis
245 adquiridos, não para alugados. Hugo levanta outras questões que podem ser
246 conflitantes, como por exemplo, a questão da caracterização do tipo de empresa. Dra
247 Cássia Bulhões faz colocações acerca do tema quanto a exemplos de projetos
248 voltados a esse tipo de incentivo. A reunião é finalizada às 17h50min, sem
249 encaminhamentos no momento.

Conselheiros titulares e suplentes presentes	
Albert Josuá Neto – SEHARPE	
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva - UFRN	
Ana Adalgisa Dias Paulino – FIERN	
Antônio Jânio Fernandes - UERN	
Carlos Magnus de Oliveira - SMS	
Cássia Bulhões de Souza – PGM	
Cid Augusto Escossia de Oliveira – SETUR	
Cristiane Ribeiro Dantas- SEL	
Daniel Nicolau Vasconcelos Pinheiro – SEMURB	
Francisca de Fátima de Lima Barbosa – SEMSUR	
Hugo Manso Júnior – CMNAT	
Jaime David Balderrama Hurtado – STTU	
Marcelo Caetano Rosado Maia Batista – SEMURB	
Marcia Aparecida Sousa da Silva – SEMPLA	
Maria Florésia Pessoa de Souza e Silva – SEMURB	
Maria José de Medeiros – SEMTAS	
Mario Sérgio Holanda Madruga - ARSBAN	
Paulo César Santos - CONAM	
Rosa de Fátima Soares de Souza – SEHARPE	
Ruth Maria da Costa Ataide – UFRN	

Albert Josuá Neto
Vice-presidente do Concidade Natal

Juliana Rocha de Azevedo da Costa
Secretária Executiva do Concidade Natal